

MEMÓRIA DA REUNIÃO DA CTPA CONJUNTA COM AS DEMAIS CÂMARAS TÉCNICAS E GT PLANO		
DATA: 15/08/2019	HORÁRIO: 09h30	LOCAL: FABHAT

LISTA DE PRESENÇA		
Nome	Entidade	Instância
Alfredo Pisani	DAEE	CTMH
Amanda Silveira Carbone	Instituto Siades	CTGI
Amauri Pollachi	APU	CTPA
Camila Clementina Arantes	UFABC	CTGI
Claudia Oliveira Gomes	FIESP	CTGI e CTMH
Clodoaldo Gomes A. Junior	Prefeitura de São Paulo	CTEA
Daniel Fernando A. Queiróz	Santana de Parnaíba	CTPA
Dimitri Auad	MDV	CTPA
Edilene Vieira Fazza	Prefeitura de Santo André	CTEA
Hillmann Carlos H. Albrecht	CIESP Cotia	CTGI e GT Plano
Iracy Fatima Garrido	SABESP	GTCA
Jefferson Alexsandro Smario	Casa Militar – Defesa Civil	CTMH
José Luiz Albuquerque Filho	IPT	CTGI e GT Plano
José Roberto Terassi	ACISE	CTPA
Josenei Gabriel Cará	Fundação Florestal	CTPA
Josué Marcos Barranco	DAEE	CTPA; CTGI; CTMH e
Juliana Vida Cassiano	SAESA São Caetano do Sul	CTMH
Jumara Moraes Bocatto	Prefeitura de Embu Guaçu	CTPA e CTGI
Laura Stela Naliato Perez	SSMA/CPLA	CTGI e GT Plano
Lilian Barrella Peres	CETESB	CTMH e GT Plano
Maria Emília Botelho	CETESB	CTPA
Marta Emerich	CETESB	GT Plano
Miguel Reis Afonso	Prefeitura de Suzano	CTPA
Murilo Andrade Valle	Prefeitura de Santo André	CTGI
Natacha Nakamura	Prefeitura de Suzano	CTGI
Paulo Alberto Teixeira Ugolini	CVS - Secretaria da saúde	CTMH
Reginaldo Pereira Lima	Prefeitura de Caieiras	CTEA
Ricardo de Aguiar Quadros	CIESP Alto Tietê	CTPA
Richard Hiroshi Ouno	CETESB	CTPA
Silene Cristina Baptistelli	SABESP	CTGI e GT Plano
Sonia Maria Viggiani Coutinho	Instituto Siades	CTEA
CONVIDADOS		
Beatriz Gonçalves Vilera	FABHAT	
Claudia Abraão Hamada	Prefeitura de São Paulo	
Henrique Paiva de Castro	FABHAT	
José de Oliveira Ribas	CPMAO	
Mayara Aboud Trivinho	FABHAT	
Valburg de Sousa Santos Junior	FABHAT	

Ausências justificadas: Adriana Neves da Silva (Fundação Florestal); Jaqueline Bória (UNIFESP); Maria Laura Fogaça Zei (P.M. de São Paulo); Miriam Duailibi (ECOAR).

ASSUNTOS TRATADOS:

Beatriz iniciou a reunião às 09h30, agradecendo a presença dos representantes e fez uma breve contextualização informando que, após 2 anos, a área técnica da FABHAT retomou a elaboração do Relatório de Situação conforme previsto em suas atribuições legais.

Após Beatriz encerrar a apresentação e abrir para comentários e discussões, José Luiz (IPT) alegou que a partir de alguns estudos que ele tem conhecimento que foram realizados na bacia, acredita que os números de coleta de esgoto são bem menores que os apresentados, e completou que possuía algumas considerações sobre áreas subterrâneas e que enviaria após a reunião.

Iraci (Sabesp) também contestou os dados referentes a coleta de esgoto, porém Silene (Sabesp) ressaltou que os dados apresentados seguem o mesmo padrão dos informados pela SABESP ao SNIS em anos anteriores, logo, não teria sentido contestá-los naquele momento. Amauri (APU) concordou com a justificativa da Silene pois os dados utilizados no relatório eram coerentes com os usados no PBH-AT 2018.

Dimitri (MDV) comentou que é necessário analisar a quantidade de pontos IQA por área de sub-bacia para concluir se as regiões possuem pontos suficientes para representar a real situação dos recursos hídricos. Também solicitou que fosse indicado quais são as autarquias ou concessionárias responsáveis pelas perdas na distribuição de água e as responsáveis pelos indicadores de esgotamento sanitário em cada município.

Marta (CETESB) sugeriu que os indicadores de drenagem fossem revistos utilizando dados climáticos como pluviosidade e dados decorrentes de eventos extremos (como alagamentos e escorregamentos) visando indicar ações e medidas de mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Orientou também que fossem considerados os diferentes usos do solo, juntamente com suas formas de ocupação e as características do território, realizando dessa forma, uma análise além da verificação da existência de infraestrutura de drenagem urbana.

Beatriz (FABHAT) justificou que não foram utilizados dados de pluviosidade devido a inconsistências observadas pela CRHI após a disponibilização dos dados por parte do DAEE. Lilian (CETESB) levantou a importância do fortalecimento e modernização das redes de monitoramento, visando garantir o fornecimento de subsídios para a gestão de recursos hídricos.

Amauri (APU) solicitou que o indicador "domicílios em situação de risco a inundação" fosse excluído do relatório por não representar a realidade da bacia e comentou que um indicador sobre os índices de deslizamentos na BAT poderia ser incluído. Valburg (FABHAT) explicou que o indicador "domicílios em situação de risco a inundação" faz parte do quadro síntese, impossibilitando assim, sua exclusão por ser um dos indicadores mínimos exigidos pela CRHI durante a avaliação do relatório.

Laura (SIMA) orientou que não fosse realizada a relação entre o indicador de cobertura de drenagem com o indicador de domicílios em risco de inundação.

Amauri (APU) sugeriu então que fosse apresentada uma proposta de alteração dos indicadores à CRHI, excluindo os indicadores que não são representativos à BAT e elaborando novos.

Jumara (Prefeitura de Embu-Guaçu) ressaltou que considera importante que na análise também fossem considerados os municípios com sede fora da bacia pois de qualquer forma, os mesmos drenavam para a BAT. Beatriz (FABHAT) justificou que os 6 municípios com sede fora da bacia não foram considerados porque os dados da CRHI consideram apenas os 34 com sede na BAT. Além disso, como a área desses 6 municípios era muito pequena dentro da bacia, não faria muita diferença não considerá-los.

Jumara (Prefeitura de Embu-Guaçu) alegou que o IQR não é um bom parâmetro de avaliação para a necessidade de recursos e ações na bacia, uma vez que o mesmo apenas avalia a qualidade dos aterros sem levar em consideração o custo aos municípios. Levantou que a análise dos resíduos a partir do IQR pode proporcionar uma interpretação de que a destinação dos resíduos esteja adequada. Sugeriu a criação de um sistema pela FABHAT para a coleta dos indicadores. Orientou também que em próximos relatórios sejam abordados os poluentes emergentes.

Beatriz (FABHAT) e Valburg (FABHAT) justificaram que o IQR é um dos indicadores mínimos para a análise dos resíduos, mas que foi complementado no relatório que havia a necessidade de maiores investimentos em coleta seletiva e destinação adequada dos resíduos municipais uma vez que os aterros da região serão esgotados.

Camila (UFABC) ressaltou a importância de relacionar as ações do Relatório de Situação com o PBH-AT 2018 para nortear os investimentos de projetos. Laura (SIMA) complementou ressaltando que é o Relatório de Situação que tem o papel de mudar as ações do PBH-AT de acordo com a necessidade.

Sonia (Instituto Siades) mencionou que era necessário considerar outros indicadores, além de indicadores de saneamento ambiental e considerar impactos e vulnerabilidades devidas às mudanças climáticas (eventos extremos). Indicou que fossem analisados alguns relatórios do IPCC que tratam da questão dos recursos hídricos a partir de segurança hídrica

Silene (Sabesp) disse que segurança hídrica foi discutido no PBH-AT 2018 e que é válido trazer essa discussão para o RS. Destacou a Tabela 3 e pediu para atualizar com o sistema São Lourenço, assim como as análises do PBH-AT 2018.

Murilo (Prefeitura de Santo André) solicitou que Santo André fosse incluída na análise do Ranking ABES, pois foi considerado no estudo e não consta no relatório. Também comentou que as águas superficiais devem ser mais relacionadas com as subterrâneas, pois uma interfere na outra. Disse que o recurso FEHIDRO precisa chegar com maior rapidez ao tomador e que deveria existir algum Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) para municípios produtores de água.

José Luiz (IPT) complementa a fala do Murilo ressaltando que o recurso FEHIDRO não é suficiente para sanar todas as demandas da bacia. Porém, que o Plano de Bacia deve ser utilizado como instrumento de gestão para otimizar os investimentos possíveis na região.

Lilian (CETESB) sugeriu que fosse criado um cronograma com o GT Plano para elaborar o Relatório de Situação em conjunto com a FABHAT. Sugeriu avaliar o atendimento ao

padrão de qualidade a partir do enquadramento e do oxigênio dissolvido nos corpos de água classe 4.

Amauri (APU) enfatizou que era preciso relacionar a segurança hídrica também ao acesso a água por parte de toda população. Comentou sobre a necessidade de apresentar no relatório que o FEHIDRO necessita de aprimoramento em seu processo. Além disso, que o Comitê precisa atuar como agente apoiador e mobilizador para os municípios que necessitam de investimentos. Sugeriu a aprovação de uma Deliberação com diretrizes para nortear a FABHAT na elaboração do relatório.

Dimitri (MDV) sugeriu o levantamento dos casos de inundação e também para considerar nos indicadores de drenagem as barragens.

Virgilio (MDV) comentou a necessidade da instalação dos escritórios regionais das sub-bacias para que sejam elaborados os relatórios de situação regionais.

A reunião foi encerrada às 13h00. Ficou decidido que seria encaminhado no mesmo dia um arquivo com as sugestões compiladas e que alterações no relatório deveriam ser encaminhadas por e-mail até o dia 19/08/2019.